



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/S1



Processo nº: 37.090/09 (4 volumes)

Apensos nºs: 040.001.630/09 (3 volumes) e 040.001.911/10 (2 volumes)

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal (atual Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal)

Assunto: Tomada de Contas Anual – TCA

Órgão Técnico: Secretaria de Contas – SECONT

MP: Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA

Sessão: Pauta nº 52, S.O. nº 4884, de 21.7.2016

Publicação: DODF nº 136, de 18.7.2016, pág. 9

Ementa: Tomada de Contas Anual dos Ordenadores de Despesa e dos Agentes de Material da Secretaria de Estado de Transportes do DF, referente ao exercício de 2008. O CONTROLE INTERNO atestou a irregularidade das contas. NO TRIBUNAL foi autorizada a audiência dos responsáveis (Decisão nº 1.495/13-CSPM). Apresentação de razões de justificativa. Sobrestamento dos autos até o deslinde dos Processos nºs 35.740/10, 13.103/13 e 31.823/07 e determinações aos gestores da jurisdicionada (Decisão nº 2.366/15-CPM). Apresentação de esclarecimentos. PARECERES CONVERGENTES: levantamento do sobrestamento, regularidade de algumas contas, regularidade, com ressalva, de outras e irregularidades das demais com aplicação de multa. VOTO por determinação à jurisdicionada e pela manutenção do sobrestamento, por entender que não há, nesta fase, falhas que justifiquem a irregularidade das contas.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Tomada de Contas Anual dos Ordenadores de Despesa e dos Agentes de Material da então Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal, referente ao exercício de 2008.

2. Os responsáveis pelas contas em exame estão listados nos quadros a seguir:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/S1

Fls.: ____

Proc.: 37.090/09

Rubrica

NOME	CARGO OU FUNÇÃO	PERÍODO
João Alberto Fraga Silva	Secretário de Estado	1º.1 a 2.11.2008 5.12 a 31.12.2008
Júlio Luis Urnau	Secretário de Estado - Respondendo	3.11 a 4.12.2008
Raimundo Leite da Silva	Chefe da Unidade de Administração Geral	1º.1 a 4.5.2008 4.6 a 31.12.2008
Maria José da Costa	Chefe da Unidade de Administração Geral - Substituta	5.5 a 3.6.2008
Ronaldo Prates Mendes	Gerente Administrativo	1º.1 a 3.8.2008 3.9 a 31.12.2008
João Bosco dos Santos Oliveira	Gerente Administrativo - Substituto	4.8 a 2.9.2008
Monica Vieira Loiola	Chefe do Núcleo de Patrimônio e Almoxarifado	1º.1 a 31.12.2008

3. O valor em exame é de R\$ 70.899.914,38, consoante registro do Ativo/Passivo do Balanço Patrimonial do exercício (fl. 78 do Processo nº 040.001.630/09).

4. O Controle Interno atestou a irregularidade das contas, conforme Certificado de Auditoria nº 11/2011 – DIRAG/CONT (fls. 493/494 do Processo nº 040.001.630/09).

5. O Tribunal, na Sessão de 11.4.2013, acolhendo Voto deste Relator, exarou a Decisão nº 1.495/13-CSPM (fls. 152/153), para autorizar a audiência dos responsáveis.

6. Devidamente comunicados, os seguintes responsáveis apresentaram as razões de justificativa:

RESPONSÁVEIS	RAZÕES DE JUSTIFICATIVA
Ronaldo Prates Mendes, João Bosco dos Santos Oliveira e Mônica Loiola Aquino	Fls. 186/188
Júlio Luís Urnau	Fls. 202/203
João Alberto Fraga Silva	Fls. 204/260
Raimundo Leite da Silva e Maria José da Costa	Fls. 264/293

7. Na sequência, Sessão de 11.6.2015, a Corte proferiu a Decisão nº 2.366/15-CPM (fl. 623), **in verbis**:

DECISÃO Nº 2.366/15 (CPM)

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento das razões de justificativas apresentadas, conjuntamente, pelos Srs. Ronaldo Prates Mendes, João Bosco dos Santos Oliveira e Mônica Loiola Aquino, (fls. 186/188), pelo Sr. Raimundo Leite da Silva e pela Srª. Maria José da Costa (fls. 264/293), bem como pelo Sr Júlio Luís Urnau (fls.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/S1

Fls.: ____

Proc.: 37.090/09

Rubrica

202/203) e pelo Sr. João Alberto Fraga Silva (fls. 204/260); **II. sobrestar o julgamento das contas em apreço, até o deslinde das questões tratadas nos Processos nºs 31.823/07, 35.740/10 e 13.103/13; III. determinar aos gestores da Secretaria de Estado de Transportes que apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias, informações atualizadas a respeito das providências adotadas para saneamento das impropriedades indicadas nos seguintes subitens do Relatório de Auditoria nº 11/2011 – DIRAG/CONT: a) 2.3.1 (descumprimento das normas referentes aos limites de gastos de telefonia); b) 3.3.1 (realização de despesa não autorizada e burla à licitação); c) 3.3.2 (não observância do percentual máximo por elemento de despesa); d) 3.3.3 (execução de despesa sem prévio empenho); e) 3.6.4 (pagamento de jeton sem que o conselheiro tenha participado da reunião); IV. autorizar a devolução dos autos à Secretaria de Contas para as providências de praxe.**

Presidiu a sessão o Presidente, Conselheiro RENATO RAINHA. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU e PAIVA MARTINS. Participou a representante do MPJTCDF Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA. Ausente a Conselheira ANILCÉIA MACHADO.”

8. Em atenção ao decidido, a atual Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal encaminhou o Ofício nº 1215/2015 – GAB/SEMOB, de 23.7.2015 (fl. 625 e anexos de fls. 626/712).

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

9. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 28/2016 – SECONT/3ª DICONTE (fls. 719/745), de 18.1.2016, analisa a matéria, nos termos seguintes:

“3. Tempestivamente, por meio do Ofício nº 1.215/2015 – GAB/SEMOB e anexos (fls. 625/712), o Secretário da SEMOB encaminhou a esta Corte o Despacho nº 1.000/2015 – SUAG/SEMOB, de 22/07/2015 (fls. 630/631), subscrito pelo Subsecretário Interino da Subsecretaria de Administração Geral, no qual esclareceu que:

a) acerca do subitem 2.3.1 do Relatório de Auditoria nº 11/2011 – DIRAG/CONT, foi autuado o Processo nº 090.000.759/2014 com vistas à apuração de gastos com telefonia móvel além dos limites (fl. 630);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/S1

Fls.: _____

Proc.: 37.090/09

Rubrica

b) quanto aos subitens 3.3.1, 3.3.2, 3.3.3 e 3.6.4 do Relatório de Auditoria n.º 11/2011 – DIRAG/CONT, não houve alteração da situação informada por meio do Memorando n.º 391/2013 – SUAG/ST, de 28/08/2013 (fl. 631).

4. Assim, nesta fase processual, serão analisadas as informações prestadas em cumprimento ao III da Decisão n.º 2.366/2015.

II – Subitem 2.3.1 (descumprimento das normas referentes aos limites de gastos de telefonia) do Relatório de Auditoria n.º 11/2011 – DIRAG/CONT (fls. 447/448*)

5. Segundo o relato do Controle Interno⁴, em cinco unidades da jurisdição, as ligações particulares excedentes, em telefonia móvel, foram da ordem de R\$ 7.784,72. Desse total, somente 19,69%, correspondente a R\$ 1.533,36, foram descontados em folha de pagamento, isto é, foram ressarcidos pelos usuários. Restou pendente um saldo de R\$ 6.251,36, o que contraria o estabelecido no Anexo II do Decreto n.º 25.947/2005 e Memorandos Circulares n.ºs 004/2002 e 005/2007 – GAB/ST. Em decorrência disso sugeriu a instauração de tomada de contas especial – TCE (fls. 447/448*).

II.1) Das informações prestadas pela SEMOB

6. O subsecretário interino da Subsecretaria de Administração Geral afirmou que, em atenção à recomendação do Controle Interno, foi autuado o Processo n.º 090.000.759/2014. Porém, diante da manifestação do servidor designado para proceder às apurações, que foi aprovada pelo titular da pasta, os autos foram arquivados, em face do princípio da economicidade (fl. 630).

II.2) Análise

7. Mediante o despacho de 15/04/2014 (fl. 634), o Secretário da ST designou o servidor Josué Evangelista Alves para, em 30 dias, avaliar as questões envolvendo o mencionado gasto. Com o despacho⁵ de 25/09/2014 (fls. 642/644), o referido servidor, em síntese, assim discorreu sobre a matéria:

a) o Memorando Circular n.º 004/2002 – GAB/ST⁶ disciplinou a Portaria n.º 63, de 18/10/2002, que revogou a Portaria n.º 40, de 29/07/1997 (fl. 643);

b) o Memorando Circular n.º 005/2007 – GAB/ST⁶ visa dar cumprimento à determinação contida no Decreto n.º 25.947, de 21/06/2005 “... e cita que os limites para o uso do serviço móvel celular ‘são os previstos no Anexo II do

⁴ Ao analisar os Processos n.ºs 410.000.675/2008 e 410.000.107/2008.

⁵ Segundo indicado no despacho e de acordo com a cópia vista às fls. 642/644, os fatos foram objeto do Processo n.º 090.000.759/2014.

⁶ Não foram juntadas aos autos as cópias dos memorandos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/S1

Fls.: ____

Proc.: 37.090/09

Rubrica

Decreto acima, que a este acompanha, cujo usuário se responsabilizará pelos excessos, não havendo, no citado diploma legal a faculdade de justificativas, a serem homologadas pelo Secretário de Transportes' ..." (fl. 643);

c) o Memorando Circular n.º 005/2007 – GAB/ST, equivocadamente, indica o Decreto n.º 25.947, de 21/06/2005, em vez de Decreto n.º 25.962, de 22/06/2005, visto que aquele não tem Anexo II, mas este (fl. 643).

8. Nessa linha, afirmou que, em face desse erro, o Memorando Circular n.º 005/2007 – GAB/ST é nulo desde a sua origem, mormente, o seu segundo parágrafo que assim dispôs **"... cujo usuário se responsabilizará pelos excessos, não havendo, no entanto, no citado diploma legal, a faculdade de justificativas, a serem homologadas pelo Secretário de Transportes ..."**. Portanto, diante da nulidade desse memorando, o Memorando Circular n.º 04/2002 – GAB/ST passa a prevalecer, o qual, no item 5, previu que os valores excedentes dos limites fixados deveriam ser submetidos à aprovação do Secretário de Transportes (fl. 643).

9. Com essas ponderações o Sr. Josué Evangelista Alves concluiu que **"se o Decreto não menciona a faculdade de justificativa ele também não a proíbe. Morto o Memorando e sem a proibição explícita do Decreto, não há mais nada a declarar, a não ser sugerir o arquivamento do presente processo sem prejuízo de consultas futuras que se façam necessárias"** (fl. 644).

10. Ato contínuo, por meio do despacho de 29/09/2014 (fls. 645/646), o Secretário de Estado da ST, Sr. José Walter Vazquez Filho, com fulcro no art. 215, inciso I, da Lei Complementar n.º 840, de 23/12/2011, determinou o arquivamento do Processo n.º 090.000.759/2014, sob a justificativa de economia processual.

11. Tanto o Decreto n.º 25.947⁷, de 21/06/2005 (que criou o programa de redução de custos operacionais – PRDO) quanto o Decreto n.º 25.962, 22/06/2005 (que instituiu o sistema de gestão de telefonia – SIGET), entre outros procedimentos concernentes ao uso de telefonia móvel, fixaram os mesmos limites de gastos para os usuários desse serviço e estabeleceram que os excedentes seriam descontados em folha de pagamento (cópias vistas às fls. 714/717), verbis:

a) Decreto n.º 25.962, de 21/06/2005 (DODF n.º 117, de 23/06/2005)

Art. 8º As linhas telefônicas móveis serão de uso preferencial

⁷ Foi revogado em 02/05/2008, pelo Decreto n.º 29.020/2008 (publicado no DODF n.º 83, de 05/05/2008, P. 6), que, também, fixou o limite para o gasto com telefonia celular e estabeleceu que o excedente deveria ser ressarcido pelos usuários.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/S1

Fls.: ____

Proc.: 37.090/09

Rubrica

dos ocupantes de Cargos de Natureza Especial, podendo a critério do dirigente máximo dos órgãos de que trata o art. 1º, ser autorizada a utilização por servidor ocupante de outro cargo ou função, levando em conta a natureza e relevância do serviço ou atividade, comunicada a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa para fins de controle.

*Art. 9º. O servidor detentor de linha telefônica do serviço móvel pessoal – SMP, a quem for disponibilizado o aparelho de telefonia móvel celular habilitado, **assinará termo de responsabilidade pela guarda e autorização de desconto em folha de pagamento, conforme Anexo III, do excedente dos gastos estabelecido no Anexo II.***

Art. 10. Para a linha telefônica do serviço móvel pessoal – SMP, ficam estabelecidos os valores limites estabelecidos no Anexo II deste Decreto, excluindo-se os Cargos de Natureza Especial CNE-3 e os Administradores Regionais.

§1º Ficam excluídos dos valores limites a que se refere o Anexo II deste Decreto as despesas com assinatura básica, com os serviços fixos de identificador de chamadas e transferência temporária, recebimento de mensagens, acesso a caixa de mensagem e ligações interurbanas, internacionais ou a cobrar, devidamente justificadas, realizadas, exclusivamente, por interesse de serviço.

§2º Fica terminantemente proibida a utilização de linha telefônica móvel, quando o servidor estiver afastado regularmente (férias, licença para tratamento de assuntos particulares, licença prêmio, abono).

§3º As ligações porventura realizadas na vigência de afastamentos deverão ser integralmente ressarcidas pelo usuário, na forma do art 8º.

§4º Fica autorizada a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa a rever, a qualquer tempo, os grupos, cargos e valores limites previstos no Anexo II deste Decreto.

Art. 11. Fica terminantemente proibida a cessão, por usuário, de mais de uma linha telefônica do serviço móvel pessoal – SMP quando pago e custeado pelo Distrito Federal.

Parágrafo único. Os casos especiais, devidamente justificados, serão analisados pela Secretaria de Estado de Gestão Administrativa. (sem destaque no original)

b) Decreto n.º 25.947, de 21/06/2005 (DODF n.º 117, de 23/06/2005)

Art. 2º Os órgãos referidos no art. 1º deverão observar os



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/S1

Fls.: ____

Proc.: 37.090/09

Rubrica

seguintes procedimentos: (...)

IV - Telefonia Móvel, redução de pelo menos 20% (vinte por cento) da despesa mensal, tendo como parâmetro o mês de março de 2005, mediante:

a) **o estabelecimento dos valores limites** para os cargos ou equivalentes, a seguir relacionados, excluindo-se os CNE-03 e Administradores Regionais, Diretores de Autarquias e Fundações, **devendo os valores acima deste limite, serem ressarcidos pelo usuário:**

CARGO/VALOR LIMITE (R\$)-Secretário-Adjunto e Chefe de Gabinete de Secretário de Estado/250,00 - Subsecretário, Assessor Especial da Administração Direta e Sub-Administrador/200,00 - Chefe de Gabinete de Administração Regional/150,00 - Demais Cargos de Natureza Especial/100,00 - Ocupantes de cargos em comissão de Direção e Assessoramento, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, solicitado pelo dirigente máximo, levando em conta a natureza e relevância do serviço ou atividade/80,00 - Demais servidores, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, solicitado pelo dirigente máximo, levando em conta a natureza e relevância do serviço ou atividade/80,00. (sem destaque no original)

12. Nenhum dos decretos disciplinou que os gastos que excedessem os limites poderiam ser autorizados pelo Secretário de Transportes. Apenas, o parágrafo único do art. 11 do Decreto n.º 25.962/2005 previu que os casos especiais, devidamente justificados, seriam analisados pela Secretaria de Estado de Gestão Administrativa. Ademais, os dois decretos distritais são bem claros ao definirem que os valores que ultrapassassem o limite fixado deveriam ser ressarcidos pelos usuários, por meio de desconto em folha de pagamento, em face de autorização previamente dada, juntamente com o termo de responsabilidade.

13. Assim, sem sentido e descabida a afirmação do responsável pelas apurações, Sr. Josué Evangelista Alves, de que “... **se o Decreto não menciona a faculdade de justificativa ele também não a proíbe**”. Diante do princípio da legalidade, insculpido no art. 37 da Constituição Federal, que é o alicerce da Administração Pública, o gestor só pode fazer o que for expressamente autorizado por uma norma. Toda e qualquer atividade deve estar estritamente vinculada à lei, não cabendo aos agentes públicos realizarem atos ou atividades sem previsão legal, isto é, não podem agir por conta própria e ao seu livre alvedrio, uma vez que estão vinculados aos ditames do ordenamento jurídico. Portanto, a conduta do agente público que esteja em desacordo com esse princípio resulta em uma atividade ilícita.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/S1

Fls.: _____

Proc.: 37.090/09

Rubrica

14. Ademais, o Memorando Circular n.º 04/2002 – GAB/ST, expedido em 2002, não tem força para disciplinar de forma diversa e afastar as regras estabelecidas por dois decretos publicados 3 anos depois, no exercício de 2005

15. Também, a fundamentação utilizada pelo Secretário de Estado da ST, Sr. José Walter Vazquez Filho, para arquivar o Processo n.º 090.000.759/2014, é descabida e desprovida de amparo legal, uma vez que o art. 215, inciso I, da Lei Complementar n.º 840, de 23/12/2011⁸, tão só estabelece que da sindicância poderá resultar o arquivamento do processo. Também, não restou demonstrada a legalidade e economicidade alegada.

16. De concreto nessa situação só que os usuários excederam os limites para uso de telefonia móvel em R\$ 7.784,72 e ressarciram apenas R\$ 1.533,36, restando uma diferença de R\$ 6.251,36, que não foram descontados em folha de pagamento, na forma estabelecida pelos Decretos n.ºs 25.947/2005, 25.962/2005 e 29.020/2008, como relatado pelo Controle Interno às fls. 447/448*.

17. Assim, não se alcançou a inteligência da afirmativa de que, por economicidade, era melhor para a Administração Pública deixar de providenciar os descontos em folha dos gastos excedidos pelos usuários, uma vez que bastava determinar ao setor de pagamento que efetuasse as deduções devidas, o que não acarretaria custos adicionais. Portanto, essa fundamentação é frágil e desarrazoada.

18. Dessa forma, a impropriedade apontada no subitem 2.3.1 do Relatório de Auditoria n.º 11/2011 – DIRAG/CONT (fls. 447/448*) repercute como ilegalidade na gestão dos responsáveis pelas contas do exercício de 2008, uma vez que foram omissos e não adotaram medidas com vistas ao desconto em folha de pagamento dos gastos com telefonia móveis excedentes aos limites fixados pelos Decretos n.ºs 25.947/2005 e 25.962/2005, o que gerou um prejuízo para o erário de R\$ 6.251,36.

19. Também, cabe determinar à Secretaria Estado de Mobilidade – SEMOB (sucessora da Secretaria de Estado de Transportes) que adote medidas no sentido de cobrar dos usuários de telefonia móvel, durante o exercício de 2008, os valores que excederam os limites instituídos, no montante de R\$ 6.251,36, na forma definida nos Decretos n.ºs 25.947/2005, 25.962/2005 e 29.020/2008.

⁸ Art. 215. Da sindicância pode resultar:

I – o arquivamento do processo;

II – instauração de processo disciplinar;

III – aplicação de sanção de advertência ou suspensão de até trinta dias.

§ 1º Constatado na sindicância que a infração classifica-se como leve ou média do grupo I, a comissão de sindicância deve citar o servidor acusado para acompanhar o prosseguimento da apuração nos mesmos autos.

§ 2º Aplicam-se, a partir do ato processual de que trata o § 1º, as normas do processo disciplinar, incluídas as garantias ao contraditório e à ampla defesa e as normas relativas à comissão processante.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/S1

Fls.: ____

Proc.: 37.090/09

Rubrica

20. Considerando que o montante a ser devolvido de R\$ 6.251,36, em termos nominais, está abaixo do valor de alçada⁹, não será proposta a instauração de tomada de contas especial – TCE.

III – Subitem 3.3.1 (realização de despesa não autorizada e burla à licitação) do Relatório de Auditoria n.º 11/2011 – DIRAG/CONT (fls. 458/460*)

21. De acordo com o apontado pelo Controle Interno, no exercício de 2008, ocorreram irregularidades na aplicação de dois suprimientos de fundos – SF, como segue:

a) Processo n.º 410.002.343/2008, o Chefe de Administração dos Terminais da Ceilândia solicitou recursos para fazer a manutenção preventiva e corretiva nos terminais rodoviários, especificamente nas instalações elétricas. Entretanto, os recursos foram utilizados nos reparos da Rodoferroviária e na reforma da sede da ST, localizada no 15º andar do anexo do Buriti, caracterizando desvio de finalidade (fl. 458*);

b) Processo n.º 410.001.718/2008, os recursos foram aplicados em natureza de despesa distinta da autorizada, uma vez que na requisição foram citados serviços de pessoa jurídica e aquisição de material de expediente, mas, na aplicação houve contratação de serviços de pessoa física, em desacordo com o art. 15 do Decreto n.º 13.771/1992 (fls. 458/460*).

III.1) Das informações prestadas pela SEMOB

22. De acordo com o Despacho n.º 1.000/2015 – SUAG/SEMOB, de 22/07/2015 (fls. 630/631), encaminhado a esta Corte pelo Ofício n.º 1.215/2015 – GAB/SEMOB (fl. 625), as providências quanto ao subitem 3.3.1 do Relatório de Auditoria n.º 11/2011 – DIRAG/CONT são as mesmas informadas pelo Memorando n.º 391/2013 – SUAG/ST, de 28/08/2013 (fls. 655/661), que, em síntese, assim dispôs:

a) Processo n.º 410.002.343/2008, por meio da Portaria/ST n.º 82, de 22/12/2010, foi instaurada sindicância, mas não houve conclusão dos trabalhos. Entretanto, diante das justificativas e da restituição de R\$ 1.520,00, pelo suprido, a prestação de contas foi aprovada (fls. 659/660);

b) Processo n.º 410.001.718/2008, em 29/05/2015, foi encaminhado à Procuradoria Geral do Distrito Federal para que seja ajuizada a ação de cobrança (fl. 660).

III.2) Análise

23. No que tange ao Processo n.º 410.002.343/2008, conforme

⁹ Valor de alçada é de R\$ 75.000,00, conforme o estabelecido na Portaria/TCDF n.º 307, de 09/06/2015.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/S1

Fls.: _____

Proc.: 37.090/09

Rubrica

indicado no despacho de fl. 668, a Chefe do Núcleo de Cadastro e Controle de Responsabilidade da Gerência de Tomada de Contas da Diretoria Geral de Contabilidade da Secretaria de Fazenda, em 19/10/2009, propôs a aprovação das contas concernentes ao SF n.º 4.832, no valor de R\$ 8.000,00, concedido ao Sr. Severino Rodrigues da Silva, em face das justificativas apresentadas e da devolução de R\$ 1.520,00 pelo suprido (vide documentos de fls. 663/665).

24. Do relatado pelo Controle Interno e dos elementos carreados aos autos não é possível inferir quanto foi aplicado em objeto diverso daquele indicado na concessão do SF. Conquanto, diante da devolução de parte dos recursos e da aprovação da prestação de contas pela Secretaria de Estado de Fazenda, é plausível inferir que a distorção tenha sido corrigida. Também, não há nenhum fato que acene para a ocorrência de prejuízo. Assim, tem-se que a mencionada falha está superada e não produz reflexo na avaliação da gestão de 2008.

25. Quanto ao Processo n.º 410.001.718/2008, conforme o Despacho n.º 200/2015 – SUTCE/STC do Diretor de Ressarcimento e Acompanhamento, de 26/05/2015 (fls. 671), em procedimento simplificado de apuração, foi levantado o débito de R\$ 1.116,52, que foi inscrito em responsabilidade, nos termos da Nota de Lançamento n.º 2015NL00461. Porém, em virtude do não reconhecimento do débito pela Srª. Cristiane de Sousa, em 27/05/2015, os autos foram encaminhados à Procuradoria Geral do DF, com vistas à proposição de ação judicial de cobrança, nos termos do despacho do Controlador-Geral do DF (fls. 671-v). Diante disso, tem-se que as providências necessárias e cabíveis foram adotadas pelos gestores.

26. Dessa forma, no que concerne à impropriedade apontada no subitem 3.3.1 do Relatório de Auditoria n.º 11/2011 – DIRAG/CONT, os gestores adotaram as medidas necessárias com vistas à resolução da questão. Portanto, essa falha não produz reflexo na avaliação destas contas.

IV – Subitem 3.3.2 (não observância do percentual máximo por elemento de despesa) do Relatório de Auditoria n.º 11/2011 – DIRAG/CONT (fls. 458/460*)

27. O Controle Interno verificou, nas análises dos Processos n.ºs 410.001.718/2008 e 410.002.343/2008, que o dispositivo apontado nas solicitações foi o inciso I do artigo 4º do Decreto nº 13.771/1992, o qual se refere a despesas de pronto pagamento que não podem exceder a 30% do valor indicado para dispensa de licitação, ou seja, não poderiam ultrapassar o valor de R\$ 2.400,00, por elemento de despesa. Entretanto, as solicitações foram de R\$ 6.000,00 para aquisição de material, no elemento de despesa 339030. Em decorrência, recomendou que fosse observado o



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/S1

Fls.: ____

Proc.: 37.090/09

Rubrica

Decreto n.º 13.771/1992 e abertura de TCE (fl. 460).*

IV.1) Das informações prestadas pela SEMOB

28. Por meio do Ofício n.º 1.215/2015 – GAB/SEMOB (fl. 625), o titular da pasta encaminhou a esta Corte o Despacho n.º 1.000/2015 – SUAG/SEMOB, de 22/07/2015 (fls. 630/631), no qual consta que as providências quanto ao subitem 3.3.2 do Relatório de Auditoria n.º 11/2011 – DIRAG/CONT são as mesmas informadas pelo Memorando n.º 391/2013 – SUAG/ST, de 28/08/2013 (fl.682), isto é, que a recomendação do Controle Interno foi repassada aos servidores daquela pasta e que, naquele momento, não estava utilizando SF.

IV.2) Análise

29. Do relatado pelo Controle Interno sobressaem dois pontos. Um quanto ao limite para a concessão de SF. Nesse aspecto, a falha verificada permanece, uma vez concedido em valor superior ao permitido e aplicado não há como retroagir e fazer com que os dispêndios fiquem dentro dos parâmetros legais.

30. Em 2008, nos termos da Relação de Suprimentos de Fundos (fl. 103*), foram empenhados 8 (oito) SF no valor de R\$ 8.000,00 e um de R\$ 5.000,00. Portanto, as concessões do exercício foram acima do limite fixado pelo Decreto n.º 13.771, de 07/02/1992.

31. Não obstante, este Tribunal, ao decidir sobre questões análogas, considerou-as como ressalvas às contas anuais, a exemplo dos Processos n.ºs 6.386/2010 (Decisão n.º 2.065/2014) e 29.976/2009 (Decisão n.º 5.854/2013). Assim, em sintonia com as deliberações desta Corte de Contas, tem-se que esse ponto repercute como ressalva no julgamento das contas dos responsáveis por esta TCA.

32. A outra questão é a possível incidência de prejuízo. Ocorre que isso já foi tratado no subitem 3.3.1 do Relatório de Auditoria n.º 11/2011 – DIRAG/CONT e, como discorrido nos parágrafos 23 a 26 desta instrução, as providências necessárias foram colocadas em prática pelos gestores. Logo, nesse aspecto, não há falar em influência no julgamento das contas dos responsáveis por esta TCA.

33. Dessa forma, a falha relatada no subitem 3.3.2 (não observância do percentual máximo por elemento de despesa) do Relatório de Auditoria n.º 11/2011 – DIRAG/CONT (fls. 458/460*) influencia como ressalva às contas dos gestores.

V – Subitem 3.3.3 (execução de despesa sem prévio empenho) do Relatório de Auditoria n.º 11/2011 – DIRAG/CONT (fls. 458/460*)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/S1

Fls.: ____

Proc.: 37.090/09

Rubrica

34. Nos termos da análise do Controle Interno, no Processo n.º 410.001.718/2008, a Nota de Empenho n.º 2008NE00345 destacou o elemento de despesa 3339039 (serviço de pessoa jurídica) e a Nota de Lançamento registrou o elemento de despesa 3339036 (serviço de pessoa física), em desacordo com o disposto no artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 13.771/1992 e com o artigo 42 do Decreto n.º 16.098/1994 (fl. 461*).

V.1) Das informações prestadas pela SEMOB

35. Mediante o Ofício n.º 1.215/2015 – GAB/SEMOB (fl. 625), a SEMOB encaminhou o Despacho n.º 1.000/2015 – SUAG/SEMOB, de 22/07/2015 (fls. 630/631), no qual consta que as providências quanto ao subitem 3.3.3 do Relatório de Auditoria n.º 11/2011 – DIRAG/CONT são as mesmas informadas pelo Memorando n.º 391/2013 – SUAG/ST, de 28/08/2013 (fl. 694), isto é, o Processo n.º 410.001.718/2008 foi remetido à Subsecretaria de Tomada de Contas Especial da então Secretaria de Estado de Transparência e Controle.

V.2) Análise

36. Nos termos da Relação de Suprimentos de Fundos acostada à fl. 103*, o SF objeto do Processo n.º 410.001.718/2008, decorreu da Nota de Empenho (NE) n.º 2008NE00345, no valor de R\$ 8.000,00.

37. Apesar de afirmar a existência da referida NE, o Controle Interno aponta como falha a realização de despesa sem prévio empenho, contrariando o disposto no artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 13.771/1992¹⁰ e no artigo 42 do Decreto n.º 16.098/1994¹¹, uma vez que na NE constou elemento de despesa 3339039 (serviço de pessoa jurídica) e na Nota de Lançamento – NL o elemento de despesa 3339036 (serviço de pessoa física).

38. Não obstante, nos termos dos esclarecimentos prestados pelo Gerente do Orçamento e Finanças/ST, por meio do MEMO n.º 182/2010 – GOF/ST, a liquidação da despesa ocorreu na classificação orçamentária 339039, como indicado na NL n.º 2008NL00541, a qual, realmente, menciona o referido elemento de despesa (fls. 348/350* e 356/357*).

39. Portanto não houve a divergência apontada pelo Controle Interno. Ademais, mesmo admitindo que a apropriação da despesa tenha sido em elemento diverso daquele indicado no empenho, não

¹⁰ Art. 1º Poderá ser concedido suprimento de fundos a servidor para pagamento de despesa orçamentária.

Parágrafo único. Consiste o suprimento de fundos na entrega de numerário a servidor, através de ordem bancária, nos termos do art. 10, e mediante empenho prévio da despesa, quando, comprovadamente, as circunstâncias não permitirem o processamento normal ou o pagamento da despesa não possa ser efetuado pela via bancária.

¹¹ Art. 42. É vedada a realização de despesas sem emissão prévia de Nota de Empenho.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/S1

Fls.: _____

Proc.: 37.090/09

Rubrica

ocorreu a realização de gastos sem empenho prévio. Nessa hipótese, haveria no máximo erro formal na feitura da NL.

40. Dessa forma, a falha registrada no subitem 3.3.3 (execução de despesa sem prévio empenho) do Relatório de Auditoria n.º 11/2011 – DIRAG/CONT (fls. 458/460*) não influencia no julgamento da gestão de 2008.

VI – Subitem 3.6.4 (pagamento de jeton sem que o conselheiro tenha participado da reunião) do Relatório de Auditoria n.º 11/2011 – DIRAG/CONT (fls. 458/460*)

41. O Controle Interno verificou, em análise das atas de reuniões do Conselho do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, que o membro de matrícula 0164912-4 assinou a folha de frequência, mas não foi relacionado como participante na Ata da 317ª Reunião, ocorrida em 16/06/2008, assim como não consta a assinatura do mesmo naquele documento. Entretanto, o referido cidadão recebeu o jeton como se houvesse participado da reunião do colegiado (fls. 467/468*).

VI.1) Das informações prestadas pela SEMOB

42. Mediante o Ofício n.º 1.215/2015 – GAB/SEMOB (fl. 625), o titular da SEMOB encaminhou o Despacho n.º 1.000/2015 – SUAG/SEMOB, de 22/07/2015 (fls. 630/631), no qual consta que as providências quanto ao subitem 3.6.4 do Relatório de Auditoria n.º 11/2011 – DIRAG/CONT são as mesmas informadas pelo Memorando n.º 391/2013 – SUAG/ST, de 28/08/2013 (fl. 694), isto é, após a inscrição do Sr. Renato Manoel Rezende na conta Devedores por Créditos e Reversões a Regularizar – 1112.191.800, o Processo n.º 090.000.885/2010 foi remetido à Secretaria de Estado de Fazenda para inscrição em dívida ativa (fls. 708/709).

VI.2) Análise

43. Os esclarecimentos prestados pela SEMOB, apenas, confirmam a existência da irregularidade. Porém, as medidas necessárias no sentido de reaver o valor pago indevidamente foram colocadas em prática pelos administradores, inclusive, nos termos do MEMO n.º 57/2010 – GGP/UAG/ST, de 17/12/2010, da Gerente de Gestão de Pessoas (fl. 375*), para prevenir novas ocorrências da espécie, para o pagamento de jeton passou-se a exigir a ata das reuniões acompanhada da lista de frequência.

44. É inconteste a existência da irregularidade, uma vez que, como apontado pelo Controle Interno, o beneficiado assinou a lista de frequência como se estivesse participado da reunião do Conselho do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, mas, não subscreveu a ata concernente à reunião daquele colegiado. Essa situação acena claramente para deficiência no sistema de controle interno da Secretária que, à época, não fez o cotejo desses dois



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/S1

Fls.: ____

Proc.: 37.090/09

Rubrica

documentos para então autorizar o pagamento.

45. Assim, a falha registrada no subitem 3.6.4 (pagamento de jeton sem que o conselheiro tenha participado da reunião) do Relatório de Auditoria n.º 11/2011 – DIRAG/CONT (fls. 458/460) repercute como irregularidade no julgamento da gestão de 2008.*

VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

46. Mediante a Informação n.º 220/2014 – SECONT/3ª DICONTE (fls. 543/576), o Corpo Instrutivo efetuou o exame das razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis e sugeriu que, verbis:

6. CONCLUSÃO

6.1. Da análise das razões de justificativas apresentadas, entendemos procedentes as relativas aos subitens 2.1.3.1, 2.3.1, 3.4 e 8, improcedentes as referentes aos subitens 1.2, 2.1.1, 2.1.2, 2.4.1, 3.3.1 e 3.6.4 e por deixar a análise de mérito do subitem 2.4.2 sob a responsabilidade da competente TCE.

6.2. As ocorrências verificadas nos subitens 2.3.2, 3.3.2 e 3.3.3 poderão figurar como ressalva às contas dos Ordenadores de Despesas, caso sejam elididas as irregularidades, e o subitem 6.1.3 poderá ser considerado ressalva às contas dos Agentes de Material.

6.3. Considerando a improcedência das razões de justificativas referentes aos subitens 1.2, 2.1.1, 2.1.2, 2.4.1, 3.3.1 e 3.6.4 do Relatório de Auditoria nº 11/2011 – DIRAG/CONT e a disposição do item III da Decisão nº 1495/2013 (fl. 152/153), as contas dos ordenadores de despesas, Srs. João Alberto Fraga Silva, Secretário de Estado, nos períodos de 01/01 a 02/11/2008 e 05/12 a 31/12/2008, e Raimundo Leite da Silva, Chefe da Unidade de Administração Geral, nos períodos de 01/01 a 04/05/2008 e 04/06 a 31/12/2008, deverão ter suas contas julgadas Irregulares.

6.4. Considerando a procedência das razões de justificativas, o Sr. Júlio Luis Urnau, Secretário de Estado – Respondendo, no período de 03/11 a 04/12/2008, e a Sra. Maria José da Costa, Chefe da Unidade de Administração Geral – Substituta, no período de 05/05 a 03/06/2008, poderão ter suas contas julgadas Regulares.

6.5. Considerando a procedência parcial das razões de justificativas apresentadas pelos Agentes de Material, somos por propor o julgamento Regular com Ressalvas dos Srs. Ronaldo Prates Mendes, Gerente Administrativo, nos períodos de 01/01 a 03/08/2008 e 03/09 a 31/12/2008, João



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/S1

Fls.: ____

Proc.: 37.090/09

Rubrica

Bosco dos Santos Oliveira, Gerente Administrativo - Substituto, no período de 04/08 a 02/09/2008, e da Sra. Monica Vieira Loiola, Chefe do Núcleo de Patrimônio e Almoxarifado, no período de 01/01 a 31/12/2008.

7. SUGESTÕES

Ante o exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:

I. tome conhecimento das razões de justificativas apresentadas pelos cidadãos mencionados no § 3.2 desta instrução, para, no mérito, considerar procedente a apresentada pelos cidadãos citados no § 6.4 desta instrução e parcialmente procedente as apresentadas pelos cidadãos citados nos §§ 6.3 e 6.5 desta informação;

II. por conseguinte, julgue:

a. com fulcro no artigo 17, inciso I, da Lei Complementar nº 01/94, Regulares as contas dos cidadãos citados no § 6.4 desta instrução;

b. com base no artigo 17, inciso II, da LC nº 01/94, Regulares com Ressalvas as contas dos cidadãos relacionados no § 6.5 desta informação, em face da ocorrência identificada no Relatório de Auditoria nº 11/2011 – DIRAG/CONT: no subitem 6.1.3 - materiais com data de validade vencida ou que se tornaram obsoletos;

c. com fundamento no artigo 17, inciso III, alínea “b”, da LC nº 01/94, Irregulares as contas dos cidadãos mencionados no § 6.3 desta instrução, tendo em vista as irregularidades identificada pelo Controle Interno no Relatório de Auditoria nº 11/2011 – DIRAG/CONT:

i. subitem 1.2 - informações divergentes quanto às receitas arrecadadas;

ii. subitem 2.1.1 - não comprovação da inviabilidade de competição e de que os preços estavam compatíveis com o mercado;

iii. subitem 2.1.2 - contratação de recuperação e reforma da rodoviária do plano piloto como sendo serviços de manutenção;

iv. subitem 2.4.1 - ineficiência na implantação dos projetos de sinalização;

v. subitem 3.3.1 - realização de despesa não autorizada e burla à licitação;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/S1

Fls.: ____

Proc.: 37.090/09

Rubrica

vi. subitem 3.6.4 - pagamento de jeton sem que o conselheiro tenha participado da reunião;

III. determine, na forma do art. 19 da Lei Complementar n.º 01/1994, aos Ordenadores de Despesa e demais responsáveis da Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal, ou a quem lhes haja sucedido, que adotem as medidas necessárias à correção das impropriedades apontadas nesta decisão, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes no futuro;

IV. consoante previsto no artigo 20, parágrafo único, da LC nº 01/94, aplique aos cidadãos referenciados no § 6.3 desta informação a sanção prevista no artigo 57, inciso I, daquela norma, c/c o artigo 182, inciso I, do Regimento Interno do TCDF;

V. considere quites com o erário distrital, em conformidade com os termos da Decisão n.º 50/1998 e com o disposto no artigo 24 da Lei Complementar n.º 01/1994, os responsáveis referidos no itens II.a e II.b anterior, em relação ao objeto da Tomada de Contas Anual em exame;

VI. autorize a devolução do feito à Secretaria de Contas para as providências de estilo.

47. O Parquet junto ao TCDF, por meio do Parecer n.º 1.084/2014 – CF (fls. 583/592), de forma diversa do Corpo Técnico, assim concluiu:

O Corpo Técnico assinalou que as deliberações a serem adotadas nos Processos nº 35.740/2010 (placas de sinalização), nº 13.103/2013 (TCE placas de sinalização) e nº 31.823/2007 (operação do serviço básico do transporte público coletivo) poderiam impactar essas contas (f. 572/573). Porém, considerando a sugestão de irregularidade, deixou de propor o sobrestamento.

Entendo, no entanto, de maneira diferente. Como assinaiei no Parecer nº 223/2013-CF, a possibilidade de sobrestamento era real, em vista das apurações assinaladas, mas seria necessária, antes, a audiência dos responsáveis.

Assim, o resultado indica a necessidade de sobrestamento não só para aguardar as demais apurações, mas para complementar a instrução conforme assinalado anteriormente.

Opino, portanto, pelo sobrestamento deste julgamento considerando: aguardar o deslinde das questões tratadas nos Processos nº 35.740/2010, nº 13.103/2013 e nº 31.823/2007;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/S1

Fls.: ____

Proc.: 37.090/09

Rubrica

e (ii) retornar os autos ao Corpo Técnico para complementar a instrução em relação aos Itens III.e, III.i, III.j, III.k e III.m da Decisão nº 1.495/2013.

Além disso, conforme análises nesta passagem, entendo ser necessária a conversão em TCE dos Itens III.a, III.b da Decisão nº 1.495/2013, considerando a existência de possível prejuízo ao erário e a ausência de justificativas adequadas sobre os problemas.

Por fim, a solicitação ao Sr. Secretário de Transparência e Controle pode ser encaminhada já neste momento por se referir à adoção de medidas para melhoria dos processos de contas tanto na referida Secretaria quanto no próprio TCDF.

48. O relator do feito, Conselheiro Paiva Martins, ao avaliar as questões destacadas, assim votou:

13. Ao analisar as alegações apresentadas, o Corpo Técnico destaca a existência de processos em tramitação no Tribunal que podem repercutir no julgamento destes autos. No entanto, argumenta que as falhas já evidenciadas permitem encaminhar pelo julgamento irregular das contas. Os subitens considerados irregulares pela Unidade Instrutiva são as seguintes:

a) 1.2 – as informações do sistema SIGGO estão divergentes dos registros mantidos pela jurisdicionada quanto às receitas arrecadadas (diferença de R\$ 123.907,94);

b) 2.1.1 - não comprovação da inviabilidade de competição e da adequação dos preços na contratação, por inexigibilidade, de instituição de ensino para capacitação de servidores, no valor de R\$ 21.600,00;

c) 2.1.2 - contratação de recuperação e reforma da rodoviária do plano piloto no valor de R\$ 811.999,92 como sendo serviços de manutenção de duração continuada;

d) 2.4.1 - ineficiência na implantação dos projetos de sinalização em razão da implantação parcial do sistema contratado no valor de R\$ 7.200.000,00;

e) 3.3.1 - realização de despesa não autorizada e burla à licitação em razão da utilização de recursos de suprimento de fundos em finalidade diversa da alegada na solicitação;

f) 3.6.4 - pagamento de jeton sem que o conselheiro tenha participado da reunião;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/S1

Fls.: _____

Proc.: 37.090/09

Rubrica

14. O Ministério Público especializado pugna pelo sobrestamento do julgamento até o deslinde das questões tratadas nos Processos nºs 35.740/10, 13.103/13 e 31.823/07, uma vez que tais itens podem influenciar em eventual sanção a ser imposta aos responsáveis.

15. O Processo nº 35.740/10 cuida do exame da Representação nº 21/10-CF, do Ministério Público junto à Corte, que informa sobre denúncia de fraude em licitação, bem como irregularidade na execução do contrato dela decorrente, referente à aquisição de estruturas para confecção e instalação de placas de sinalização no Distrito Federal. O projeto de sinalização é de grande materialidade e envolve recursos da ordem de **R\$ 7.000.000,00** (sete milhões de reais). Tal impropriedade apontada no subitem 2.4.1 do Relatório de Auditoria nº 11/2011 – DIRAG/CONT, segundo o Corpo Técnico, pode ensejar a irregularidade destas contas. Atualmente o Processo nº 35.740/10 se encontra em fase de análise das razões de justificativa dos responsáveis.

16. O Processo nº 13.103/13 cuida de tomada de contas especial instaurada, em atenção à Decisão nº 723/2013-CRR (Processo nº 35.740/10), para apurar possíveis prejuízos decorrentes do pagamento de R\$ 7.200.000,00, ocorrido em dezembro de 2008, sem a devida comprovação da entrega dos bens adquiridos pela Secretaria de Estado de Transportes do DF (estruturas para placas de sinalização).

17. O Processo nº 31.823/07 cuidou inicialmente do exame do edital de Concorrência nº 01/2007, da Secretaria de Estado de Transportes, destinado à operação do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, por meio da delegação por frota de 450 (quatrocentos e cinquenta) veículos, divididos em 9 (nove) lotes de 50 (cinquenta) micro-ônibus, no valor estimado de R\$ 5.077.611,94. Atualmente, os autos cuidam dos desdobramentos da celebração e execução dos contratos de adesão de outorga onerosa, concernentes aos exercícios de 2008 e 2009.

18. O **Parquet** propõe ainda que os autos retornem à Unidade Instrutiva para complementação da análise dos subitens 2.3.1 (descumprimento das normas referentes aos limites de gastos de telefonia), 3.3.1 (realização de despesa não autorizada e burla à licitação), 3.3.2 (não observância do percentual máximo por elemento de despesa), 3.3.3 (execução de despesa sem prévio empenho) e 3.6.4 (pagamento de jeton sem que o conselheiro tenha participado da reunião).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/S1

Fls.: ____

Proc.: 37.090/09

Rubrica

19. Por fim, sugere a conversão em tomada de contas especial as matérias contidas nos subitens 1.2 (informações divergentes quanto às receitas arrecadadas) e 2.1.1 (não comprovação da inviabilidade de competição e de que os preços estavam compatíveis com o mercado) do Relatório de Auditoria nº 11/2011 – DIRAG/CONT.

20. Ao meu ver, o melhor encaminhamento neste caso é o sopesamento de todas as impropriedades que envolvem a gestão dos responsáveis pela Secretaria de Transporte no exercício de 2008, conforme proposto pelo Órgão Ministerial.

21. Quanto as falhas contidas nos subitens 2.3.1 (descumprimento das normas referentes aos limites de gastos de telefonia), 3.3.1 (realização de despesa não autorizada e burla à licitação), 3.3.2 (não observância do percentual máximo por elemento de despesa), 3.3.3 (execução de despesa sem prévio empenho) e 3.6.4 (pagamento de jeton sem que o conselheiro tenha participado da reunião) são pertinentes as considerações do **Parquet**. A simples afirmação de que providências foram adotadas não demonstra o efetivo equacionamento das citadas falhas, sendo necessária a comprovação de que as medidas empreendidas realmente foram capazes de dirimi-las.

22. Nesse sentido, entendo necessário determinar aos gestores da jurisdicionada que apresentem informações atualizadas sobre as apurações e providências adotadas para saneamento dessas impropriedades, as quais deverão ser detidamente analisadas pela Unidade Técnica.

23. Por fim, vejo como desnecessária a conversão em tomada de contas especial dos subitens 1.2 (informações divergentes quanto às receitas arrecadadas) 2.1.1 (não comprovação da inviabilidade de competição e de que os preços estavam compatíveis com o mercado). No primeiro caso, verifico que restou evidenciada divergência de informações nos controles internos da unidade. No segundo caso, em que o valor total do contrato foi de R\$ 21.600,00, não vislumbro qualquer indício de prejuízo aos cofres distritais, uma vez que não constam dos autos quaisquer evidências de superfaturamento ou da não realização do objeto contratado.

Feitas estas considerações, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento das razões de justificativas apresentadas, conjuntamente, pelos Srs. Ronaldo Prates Mendes, João Bosco dos Santos Oliveira e Mônica Loiola Aquino, (fls. 186/188), pelo Sr. Raimundo Leite da Silva e pela Sr^a. Maria José da Costa (fls.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/S1

Fls.: ____

Proc.: 37.090/09

Rubrica

264/293), bem como pelo Sr Júlio Luís Urnau (fls. 202/203) e pelo Sr. João Alberto Fraga Silva (fls. 204/260);

II. sobresteja no julgamento destas contas até o deslinde das questões tratadas nos Processos nºs 31.823/07, 35.740/10 e 13.103/13;

III. determine aos gestores da Secretaria de Estado de Transportes que apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias, informações atualizadas a respeito das providências adotadas para saneamento das impropriedades indicadas nos seguintes subitens do Relatório de Auditoria nº 11/2011 – DIRAG/CONT:

a) 2.3.1 (descumprimento das normas referentes aos limites de gastos de telefonia);

b) 3.3.1 (realização de despesa não autorizada e burla à licitação);

c) 3.3.2 (não observância do percentual máximo por elemento de despesa);

d) 3.3.3 (execução de despesa sem prévio empenho);

e) 3.6.4 (pagamento de jeton sem que o conselheiro tenha participado da reunião);

IV. autorize a devolução dos autos à Secretaria de Contas para as providências de praxe.

49. Diante dos esclarecimentos prestados pela SEMOB, no que tange à influência das impropriedades descritas nos subitens 2.3.1, 3.3.1, 3.3.2, 3.3.3 e 3.6.4 do Relatório de Auditoria n.º 11/2011 – DIRAG/CONT no julgamento destas contas, conclui-se que:

a) subitem 2.3.1 (descumprimento das normas referentes aos limites de gastos de telefonia) repercute como irregularidade, uma vez que os gestores foram omissos e não adotaram medidas com vistas ao desconto em folha de pagamento dos gastos com telefonia móveis excedentes aos limites fixados pelos Decretos n.ºs 25.947/2005, 25.962/2005 e 29.020/2008, o que gerou um prejuízo para o erário de R\$ 6.251,36;

b) subitem 3.3.1 (realização de despesa não autorizada e burla à licitação), não influencia na avaliação da gestão de 2008, uma vez que as medidas necessárias para saneamento da impropriedade foram adotadas pelos gestores;

c) subitem 3.3.2 (não observância do percentual máximo por elemento de despesa), a falha repercute como ressalva às



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/S1



contas;

d) subitem 3.3.3 (execução de despesa sem prévio empenho) não influencia no julgamento da gestão de 2008;

e) subitem 3.6.4 (pagamento de jeton sem que o conselheiro tenha participado da reunião) repercute como irregularidade no julgamento da gestão de 2008, por caracterizar deficiência no sistema de controle interno da Secretária que, à época, não possuía um sistema eficiente, que exigisse o cotejo da lista de presença com as atas da reunião do Conselho do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, antes de autorizar o pagamento de jeton aos membros desse colegiado.

50. Fazendo o cotejo dessa análise com a concernente ao exame das razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis por estas contas, consubstanciada na Informação n.º 220/2014 – SECONT/3ª DICONTE (fls. 543/576), tem-se que:

a) subitem 2.3.1, ao contrário do discutido nos parágrafos 4.6 a 4.6.3 da Informação n.º 220/2014 – SECONT/3ª DICONTE, no sentido que não influencia na gestão (fls. 543/576), a falha repercute no julgamento destas contas como irregularidade;

b) subitem 3.3.1, de forma diversa do apontado nos parágrafos 4.10 a 4.10.5 da Informação n.º 220/2014 – SECONT/3ª DICONTE, no sentido que a questão tratada nesse subitem repercute como irregularidade (fls. 543/576), a falha não influencia no julgamento da gestão;

c) subitem 3.3.2, as conclusões apresentadas nos parágrafos 4.11 a 4.11.4 da Informação n.º 220/2014 – SECONT/3ª DICONTE (fls. 543/576) são convergentes, no sentido de que essa questão não se reveste de materialidade suficiente para ensejar a irregularidade, mas, ressalva às contas;

d) subitem 3.3.3, ao contrário do exposto nos parágrafos 4.12 a 4.12.3 da Informação n.º 220/2014 – SECONT/3ª DICONTE (fls. 543/576), que considerou a questão como ressalva, a matéria em questão não influencia no julgamento destas contas;

e) subitem 3.6.4, o entendimento visto nos parágrafos 4.14 a 4.14.5 da Informação n.º 220/2014 – SECONT/3ª DICONTE (fls. 543/576) é convergente, no sentido de que a falha influencia como irregularidade no julgamento destas contas.

51. Dessa forma, considerando a análise das razões de justificativa dos responsáveis, feita por meio da Informação n.º 220/2014 – SECONT/3ª DICONTE (fls. 543/576) e o exame dos esclarecimentos prestados pela SEMOB, realizado nesta oportunidade, tem-se que



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/S1

Fls.: ____

Proc.: 37.090/09

Rubrica

o julgamento destas contas poderá ser feito nesta oportunidade.

52. Conquanto, o julgamento está sobrestado em razão dos Processos n.ºs 31.823/2007, 13.103/2013 e 35.740/2010. Destes, apenas, o último teve decisão definitiva e foi arquivado em 17/12/2015, mas, os fatos nele apurados não influenciam na apreciação destas contas. Os outros dois ainda pendem de deliberação de mérito, conforme consulta realizada ao sistema de acompanhamento processual desta Casa, em 18/01/2016. Logo, em princípio, nesta oportunidade, não caberia o julgamento destas contas, em face do sobrestamento determinado por meio do item II da Decisão n.º 2.366/2015 (fl. 623).

53. Contudo, rogando as vênias de estilo, tem-se que o mérito desta TCA poderá ser avaliado, no estado que se encontra, independente de decisão definitiva de mérito nos referidos processos.

54. Primeiro, porque já foram delineadas 6 (seis) impropriedades que fundamentam o julgamento irregular. Na hipótese de se decidir que as questões tratadas nos Processos n.ºs 31.823/2007 e 13.103/2013 têm repercussão como irregularidade na gestão de 2008, apenas, serão mais 2 itens a engrossar a lista de impropriedades, o que não irá tornar as contas mais ou menos irregulares.

55. Segundo, considerando que já se passaram mais de 7 (sete) anos do exercício destas contas, a vinculação do julgamento a outros feitos só retardará ainda mais uma deliberação definitiva desta Corte, mormente, em razão da demora no desfecho dos processos sobrestantes, haja vista que um deles, o de n.º 13.103/2013 trata de TCE que ainda está na fase interna.

56. Terceiro, não se pode olvidar que o tempo decorrente do sobrestamento, somando aos 7 (sete) anos já transcorridos do exercício desta TCA, indubitavelmente, será um óbice ao exercício pleno e concreto dos direitos processuais dos responsáveis envolvidos, mormente, quanto aos princípios do contraditório, da ampla defesa e da duração razoável do processo.

57. Por último, é inconteste que o julgamento destas contas não isenta os responsáveis das consequências específicas decorrentes das apurações a serem empreendidas nos Processos n.ºs 31.823/2007 e 13.103/2013, nos quais serão avaliadas todas as circunstâncias de acordo com as normas de regência. O resultado deles decorrente, se desfavorável aos envolvidos, que porventura figure como responsável nesta TCA, tão só, seria mais um fator a ser sopesado no julgamento destas contas.

58. Ademais, decorridos 7 (sete) anos do exercício desta TCA, para preservar a materialidade dos fatos, o contraditório e a ampla defesa, o mais apropriado é apreciação destas contas pelo



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/S1

Fls.: ____

Proc.: 37.090/09

Rubrica

Tribunal, neste momento processual, até por que as impropriedades apuradas já foram objeto de manifestação dos envolvidos, e de acordo com a análise constante da Informação n.º 220/2014 – SECONT/3ª DICONTE (fls. 543/576) e desta instrução, são suficientes para levar ao julgamento irregular destas contas, diante da improcedência dos argumentos ofertados. Também, para preservar os resultados decorrentes dos Processos n.ºs 31.823/2007 e 13.103/2013, no decurso a ser proferido nestes autos, os responsáveis devem ser alertados de que o julgamento das contas não os isenta das consequências específicas decorrentes desses autos que ainda se encontram pendentes de apreciação de mérito.

59. Nessa linha é a Decisão n.º 5487/2005, prolatada no Processo n.º 1.541/98, que trata da TCA da Região Administrativa de Samambaia, exercício de 1996, em que o Tribunal deliberou no sentido de levantar o sobrestamento do julgamento daquelas contas, por entender que o processo sobrestante não constituía óbice à avaliação da gestão naquele momento, haja vista a improcedência dos argumentos ofertados quanto às irregularidades percebidas na TCA. Também, no mesmo sentido, é a Decisão n.º 2.612/2015, prolatada no Processo n.º 6.050/2010, que julgou as contas da ST, exercício de 2009, apesar da existência de processos que poderiam sobrestar o feito.

60. Assim, como a materialidade das impropriedades indicadas nos subitens 1.2, 2.1.1, 2.1.2, 2.3.1, 2.4.1 e 3.6.4 do Relatório de Auditoria n.º 11/2011 – DIRAG/CONT, por si só, leva à irregularidade da gestão, por economia processual e duração razoável do processo, o mais adequado é julgamento destas contas nesta fase, sem embargo da continuidade das apurações realizadas em outros procedimentos em tramitação nesta Corte de Contas.

VIII – CONCLUSÕES e SUGESTÕES

61. Como discorrido, em cumprimento ao item III da Decisão n.º 2.366/2015 (fl. 623), o Secretário da Secretaria de Estado de Mobilidade – SEMOB (sucessora da então Secretaria de Estado de Transportes – ST), por meio do Ofício n.º 1.215/2015 – GAB/SEMOB (fl. 625), encaminhou o Despacho n.º 1.000/2015 – SUAG/SEMOB, de 22/07/2015 (fls. 630/631), com as informações acerca das providências adotadas para o saneamento das impropriedades indicadas nos subitens 2.3.1, 3.3.1, 3.3.2, 3.3.3 e 3.6.4 do Relatório de Auditoria n.º 11/2011 – DIRAG/CONT (fls. 432/492*).

62. Diante da análise dos esclarecimentos prestados pela SEMOB, feita nesta oportunidade, e das razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis por estas contas, consubstanciada na Informação n.º 220/2014 – SECONT/3ª DICONTE (fls. 543/576), no



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/S1

Fls.: ____

Proc.: 37.090/09

Rubrica

que tange à influência das impropriedades descritas nos subitens 2.3.1, 3.3.1, 3.3.2, 3.3.3 e 3.6.4 do Relatório de Auditoria n.º 11/2011 – DIRAG/CONT no julgamento destas contas, conclui-se que:

a) subitem 2.3.1 (descumprimento das normas referentes aos limites de gastos de telefonia) repercute como irregularidade, uma vez que os gestores foram omissos e não adotaram medidas com vistas ao desconto em folha de pagamento dos gastos com telefonia móveis excedentes aos limites fixados pelos Decretos n.ºs 25.947/2005, 25.962/2005 e 29020/2008, o que gerou um prejuízo para o erário de R\$ 6.251,36;

b) subitem 3.3.1 (realização de despesa não autorizada e burla à licitação), não influencia na avaliação da gestão de 2008, uma vez que as medidas necessárias para saneamento da impropriedade foram adotadas pelos gestores;

c) subitem 3.3.2 (não observância do percentual máximo por elemento de despesa), a falha repercute como ressalva às contas;

d) subitem 3.3.3 (execução de despesa sem prévio empenho) não influencia no julgamento da gestão de 2008;

e) subitem 3.6.4 (pagamento de jeton sem que o conselheiro tenha participado da reunião) repercute como irregularidade no julgamento da gestão de 2008, por caracterizar deficiência no sistema de controle interno da Secretária que, à época, não possuía um sistema eficiente que exigisse o cotejo da lista de presença com as atas da reunião do Conselho do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, antes de autorizar o pagamento de jeton aos membros desse colegiado.

63. Afora essas questões que foram objeto da diligência ora em análise, nos termos dos exames realizados por meio da Informação n.º 220/2014 – SECONT/3ª DICONTE (fls. 543/576), as falhas indicadas nos subitens 1.2, 2.1.1, 2.1.2 e 2.4.1 do Relatório de Auditoria n.º 11/2011 – DIRAG/CONT também repercutem como irregularidade na avaliação da gestão de 2008.

64. Dessa forma, de acordo com a análise das razões de justificativa dos responsáveis, feita por meio da Informação n.º 220/2014 – SECONT/3ª DICONTE (fls. 543/576) e o exame dos esclarecimentos prestados pela SEMOB, realizado nesta oportunidade, tem-se que o julgamento destas contas poderá ser feito nesta oportunidade, como segue.

*a) **regulares**, quanto ao Sr. Júlio Luis Urnau (Secretário de Estado – respondendo, no período de 03/11 a 04/12/2008) e à Srª. Maria José da Costa (Chefe da Unidade de*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/S1

Fls.: ____

Proc.: 37.090/09

Rubrica

Administração Geral – substituta de 05/05 a 03/06/2008), como indicado no parágrafo 6.4 da Informação n.º 220/2014 – SECONT/3ª DICONTE (fls. 543/576);

b) **regulares com ressalvas**, quanto aos agentes de material, Srs. Ronaldo Prates Mendes (Gerente Administrativo de 01/01 a 03/08/2008 e 03/09 a 31/12/2008), João Bosco dos Santos Oliveira (Gerente Administrativo – substituto de 04/08 a 02/09/2008) e a Srª. Mônica Vieira Loiola (Chefe do Núcleo de Patrimônio e Almoxarifado de 01/01 a 31/12/2008), em face da impropriedade indicada no subitem 6.1.3 (materiais com data de validade vencida ou que se tornaram obsoletos) do Relatório de Auditoria n.º 11/2011 – DIRAG/CONT, nos termos dos parágrafos 4.15.4, 4.15.5 e 6.5 da Informação n.º 220/2014 – SECONT/3ª DICONTE (fls. 543/576);

c) **irregulares**, no que concerne aos Srs. João Alberto Fraga Silva (Secretário de Estado de 01/01 a 02/11/2008 e 05/12 a 31/12/2008) e Raimundo Leite da Silva (Chefe da Unidade de Administração Geral de 01/01 a 04/05/2008 e 04/06 a 31/12/2008), em razão das impropriedades apontadas nos subitens 1.2, 2.1.1, 2.1.2, 2.3.1, 2.4.1 e 3.6.4 do Relatório de Auditoria n.º 11/2011 – DIRAG/CONT, na forma indicada no parágrafo 6.3 da Informação n.º 220/2014 – SECONT/3ª DICONTE (fls. 543/576) e nos parágrafos 5 a 20 e 41 a 45 desta instrução.

65. Em decorrência da ausência de providências com vistas ao ressarcimento dos gastos com telefonia móvel além dos limites legais estabelecidos, relatados no subitem 2.3.1 (descumprimento das normas referentes aos limites de gastos de telefonia) do Relatório de Auditoria n.º 11/2011 – DIRAG/CONT, cabe determinar à Secretaria de Estado de Mobilidade – SEMOB (sucessora da então Secretaria de Estado de Transportes – ST), que adote medidas no sentido de cobrar dos usuários, durante o exercício de 2008, os valores excedentes, no total de R\$ 6.251,36, e inclua informações acerca do resultado desse procedimento no demonstrativo a que se refere o art. 14 da Resolução/TCDF n.º 102, de 15/07/1998, que deverá ser juntado à TCA de 2016.”

10.

Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal que:

“I) tome conhecimento do Ofício n.º 1.215/2015 – GAB/SEMOB e dos documentos que o acompanham (fls. 625/712), encaminhado pelo Secretário da Secretaria de Estado de Mobilidade – SEMOB (sucessora da então Secretaria de Estado de Transportes – ST) e considere cumprido o item III da Decisão n.º 2.366/2015;

II) determine à Secretaria de Estado de Mobilidade – SEMOB



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/S1

Fls.: ____

Proc.: 37.090/09

Rubrica

(sucessora da então Secretaria de Estado de Transportes – ST) que adote providências no sentido de cobrar dos usuários os valores excedentes aos limites legais estabelecidos nos Decretos n.ºs 25.947/2005, 25.962/2005 e 29.020/2008, com gasto em telefonia móvel, durante o exercício de 2008, no montante de R\$ 6.251,36, devidamente atualizados;

III) levante o sobrestamento destas contas, determinado por meio do item II da Decisão n.º 2366/2015, em razão das questões tratadas nos Processos n.ºs 31.823/2007 e 13.103/2013, esclarecendo aos responsáveis por estas contas que o julgamento não os isenta das consequências específicas decorrentes desses autos, os quais ainda se encontram pendentes de apreciação de mérito;

IV) julgue regulares as contas dos nomeados no parágrafo 64, alínea “a”, desta instrução, em relação à gestão da Secretaria de Estado de Transporte no exercício financeiro de 2008, nos termos do art. 17, inciso I, da Lei Complementar n.º 1, de 9/5/1994;

V) com fulcro no art. 17, inciso II, da Lei Complementar n.º 1, de 9/5/1994, julgue regulares com ressalvas as contas dos agentes de material nomeados no parágrafo 64, alínea “b”, desta instrução, em relação à gestão da Secretaria de Estado de Transporte no exercício financeiro de 2008, em razão da falha indicada no subitem 6.1.3 (materiais com data de validade vencida ou que se tornaram obsoletos) do Relatório de Auditoria n.º 11/2011 – DIRAG/CONT;

VI) com substrato no art. 17, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar n.º 1, de 9/5/1994, julgue irregulares as contas dos agentes de material nomeados no parágrafo 64, alínea “c”, desta instrução, em relação à gestão da Secretaria de Estado de Transporte no exercício financeiro de 2008, em razão das impropriedades apontadas nos subitens 1.2 (informações divergentes quanto às receitas arrecadadas), 2.1.1 (não comprovação da inviabilidade de competição e de que os preços estavam compatíveis com o mercado), 2.1.2 (contratação de recuperação e reforma da rodoviária do plano piloto como sendo serviços de manutenção), 2.3.1 (descumprimento das normas referentes aos limites de gastos de telefonia), 2.4.1 (ineficiência na implantação dos projetos de sinalização), 3.6.4 (pagamento de jeton sem que o conselheiro tenha participado da reunião) do Relatório de Auditoria n.º 11/2011 – DIRAG/CONT;

VII) em decorrência do item anterior, com fulcro no art. 20, parágrafo único, combinado com o art. 57, inciso I, ambos da Lei Complementar n.º 1/1994, delibere acerca da aplicação de multa aos nomeados na alínea “c” do parágrafo 64 desta instrução e, nos termos do art. 26 da LC n.º 1/1994, autorize a notificação dos mesmos para, no prazo de 30 dias, recolherem aos cofres públicos os valores devidos;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/S1

Fls.: _____

Proc.: 37.090/09

Rubrica

VIII) caso não atendida a notificação mencionada no item anterior, autorize desde já a adoção das medidas previstas no art. 29 da LC n.º 1/1994;

IX) nos termos da Decisão Administrativa Extraordinária/TCDF n.º 50/1998 e do disposto nos arts. 18, 19 e 24, incisos I e II, da Lei Complementar n.º 1/1994, dê quitação aos responsáveis nomeados no parágrafo 64, alíneas “a” e “b”, desta instrução, em relação ao objeto desta TCA;

X) com esteio no art. 19 da LC n.º 1/1994, determine à Secretaria de Estado de Mobilidade – SEMOB (sucessora da então Secretaria de Estado de Transporte – ST) a adoção de medidas necessárias à correção das impropriedades identificadas nesta TCA, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes;

XI) autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas deste Tribunal para os fins pertinentes.”

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

11. O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer nº 462/16 (fls. 746/751), de 18.5.2016, da lavra da Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, aquiesce à proposta da Unidade Instrutiva. Do mencionado Parecer, destaco o seguinte trecho:

“7. Os autos vieram ao Ministério Público para fins de manifestação.

8. O Ministério Público especializado pugnou pelo sobrestamento do julgamento dos Processos nºs 35.740/10⁵, 13.103/13⁶ e 31.823/07⁷ até o deslinde das questões tratadas diante da

⁵ O Processo nº 35.740/10 tratou da denúncia de fraude em licitação, bem como irregularidade na execução do contrato dela decorrente, referente à aquisição de estruturas para confecção e instalação de placas de sinalização no Distrito Federal. O projeto de sinalização é de grande materialidade e envolve recursos da ordem de **R\$ 7.000.000,00** (sete milhões de reais). Tal impropriedade apontada no subitem 2.4.1 do Relatório de Auditoria nº 11/2011 – DIRAG/CONT, segundo o Corpo Técnico, pode ensejar a irregularidade destas contas. Atualmente o Processo nº 35.740/10 se encontra em fase de análise das razões de justificativa dos responsáveis.

⁶ O Processo nº 13.103/13 cuida de tomada de contas especial instaurada, em atenção à Decisão nº 723/2013-CRR (Processo nº 35.740/10), para apurar possíveis prejuízos decorrentes do pagamento de R\$ 7.200.000,00, ocorrido em dezembro de 2008, sem a devida comprovação da entrega dos bens adquiridos pela Secretaria de Estado de Transportes do DF (estruturas para placas de sinalização).

⁷ O Processo nº 31.823/07 cuidou inicialmente do exame do edital de Concorrência nº 01/2007, da Secretaria de Estado de Transportes, destinado à operação do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, por meio da delegação por frota de 450 (quatrocentos e cinquenta) veículos, divididos em 9 (nove) lotes de 50 (cinquenta) micro-ônibus, no valor estimado de R\$ 5.077.611,94. Atualmente, os autos cuidam dos desdobramentos da celebração e execução dos contratos de adesão de outorga onerosa, concernentes aos exercícios de 2008 e 2009.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/S1

Fls.: _____

Proc.: 37.090/09

Rubrica

possibilidade de influência no julgamento das presentes contas.

9. Não obstante, as falhas descritas nos subitens **1.2 (informações divergentes quanto às receitas arrecadadas), 2.1.1 (não comprovação da inviabilidade de competição e de que os preços estavam compatíveis com o mercado), 2.1.2 (contratação de recuperação e reforma da rodoviária do plano piloto como sendo serviços de manutenção), 2.3.1 (descumprimento das normas referentes aos limites de gastos de telefonia), 2.4.1 (ineficiência na implantação dos projetos de sinalização), 3.6.4 (pagamento de jeton sem que o conselheiro tenha participado da reunião)**⁸ são suficientes para levar o julgamento como irregular das contas, não devendo os feitos relatados no referidos processos obstar o andamento deste autos.

10. Assim, compartilho com a conclusão do Corpo Instrutivo de que as apurações contidas nos Processos nºs 35.740/10, 13.103/13 e 31.823/07 em que pese abordarem questões afetas ao exercício em exame, não devem sobrestar a análise desta TCA, em razão da gravidade das irregularidades identificadas pelo Controle Interno sem prejuízo das medidas eventualmente propostas.

11. Desta feita, as contas dos ordenadores de despesas dos, Srs. João Alberto Fraga Silva, Secretário de Estado, nos períodos de 01/01 a 02/11/2008 e 05/12 a 31/12/2008, e Raimundo Leite da Silva, Chefe da Unidade de Administração Geral, nos períodos de 01/01 a 04/05/2008 e 04/06 a 31/12/2008, deverão ter suas contas julgadas Irregulares, nos termos propostos pelo Corpo Técnico.”

É o Relatório.

⁸ No tocante aos subitens **1.2 (informações divergentes quanto às receitas arrecadadas), 2.1.1 (não comprovação da inviabilidade de competição e de que os preços estavam compatíveis com o mercado), 2.1.2 (contratação de recuperação e reforma da rodoviária do plano piloto como sendo serviços de manutenção)** o Ministério Público por meio do Parecer nº 1084/2014 considerou improcedentes as justificativas e opinou pela irregularidade das contas. Em relação ao subitem **2.4.1 (ineficiência na implantação dos projetos de sinalização)** que tratou do Processo 35740/2010, a Decisão 2272/2015 considerou improcedentes as justificativas apresentadas abaixo transcrita:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício nº 1639/13-GAB/ST e anexos (fls. 181/233); b) das razões de justificativa apresentadas em atenção aos itens II e V da Decisão nº 5.727/13 (fls. 240/258 e 276/295), considerando-as improcedentes; c) dos documentos de fls. 259 e 296; II – considerar: a) cumprido o item IV da Decisão nº 5.727/13; b) improcedentes as razões de justificativa apresentadas em atenção aos itens II e V da Decisão nº 5.727/13; III – aplicar ao Sr. Jorge Jumiti Miura a multa prevista no art. 57, incisos II da Lei Complementar nº 01/94, pelo descumprimento do art. 8º do Decreto Federal nº 3.931/01 (ausência de verificação da compatibilidade de preços); IV – autorizar: a) que o cumprimento do item III da Decisão nº 5.727/13 seja verificado no bojo do Processo nº 13.103/13; b) a remessa de cópia desta decisão à Secretaria de Contas; c) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para os devidos fins.. (grifo nosso).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/S1

Fls.: ____

Proc.: 37.090/09

Rubrica

VOTO

12. Nesta fase, analisam-se os esclarecimentos e as providências adotadas pela Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal, em atendimento ao inciso III da Decisão nº 2.366/15-CPM, a proposta de levantamento do sobrestamento imposto aos autos e o mérito das contas anuais da então Secretaria de Estado de Transportes do DF, referente ao exercício de 2008.

13. A Corte determinou a jurisdicionada que informasse as medidas tomadas para sanear as seguintes falhas apontadas no Relatório de Auditoria nº 11/2011 – DIRAG/CONT:

a) subitem 2.3.1 - descumprimento das normas referentes aos limites de gastos de telefonia;

b) subitem 3.3.1 - realização de despesa não autorizada e burla à licitação;

c) subitem 3.3.2 - não observância do percentual máximo por elemento de despesa;

d) subitem 3.3.3 - execução de despesa sem prévio empenho;

e) subitem 3.6.4 - pagamento de jeton sem que o conselheiro tenha participado da reunião;

14. O Corpo Técnico, após examinar a resposta oferecida, concluiu que os subitens **3.3.1** (realização de despesa não autorizada e burla à licitação) e **3.3.3** (execução de despesa sem prévio empenho) não influenciam no mérito destas contas. O subitem **3.3.2** (não observância do percentual máximo por elemento de despesa) enseja apenas ressalva. E os subitens **2.3.1** (descumprimento das normas referentes aos limites de gastos de telefonia) e **3.6.4** (pagamento de jeton sem que o conselheiro tenha participado da reunião) maculam as contas com a pecha da irregularidade.

15. Por fim, a Instrução, com a aquiescência do **Parquet** especializado, sugere:

a) considerar cumprido o inciso III da Decisão nº 2.366/15;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/S1

Fls.: ____

Proc.: 37.090/09

Rubrica

b) levantar o sobrestamento, com o esclarecimento de que as questões tratadas nos Processos nºs 35.740/10, 13.103/13 e 31.823/07 não isentam os responsáveis das consequências específicas decorrentes da apreciação de mérito daqueles autos;

c) julgar regulares as contas do Sr. **Júlio Luis Urnau** (Secretário de Estado – respondendo, no período de 3.11 a 4.12.2008) e da Sr^a. **Maria José da Costa** (Chefe da Unidade de Administração Geral – Substituta, no período de 5.5 a 3.6.2008);

d) julgar regulares, com ressalva, as contas dos Srs. **Ronaldo Prates Mendes** (Gerente Administrativo, nos períodos de 1º.1 a 3.8.2008 e 3.9 a 31.12.2008), **João Bosco dos Santos Oliveira** (Gerente Administrativo – Substituto, no período de 4.8 a 2.9.2008) e **Mônica Vieira Loiola** (Chefe do Núcleo de Patrimônio e Almoxarifado, no período de 1º.1 a 31.12.2008), em face do subitem **6.1.3** (materiais com data de validade vencida ou que se tornaram obsoletos) do Relatório de Auditoria nº 11/2011 – DIRAG/CONT;

e) julgar irregulares as contas dos Srs. **João Alberto Fraga Silva** (Secretário de Estado, nos períodos de 1º.1 a 2.11.2008 e 5.12 a 31.12.2008) e **Raimundo Leite da Silva** (Chefe da Unidade de Administração Geral, no período de 1º.1 a 4.5.2008 e 4.6 a 31.12.2008), em razão dos fatos apontados nos subitens **1.2** (informações divergentes quanto às receitas arrecadadas), **2.1.1** (não comprovação da inviabilidade de competição e de que os preços estavam compatíveis com os de mercado) **2.1.2** (contratação de recuperação e reforma da rodoviária do plano piloto como sendo serviços de manutenção), **2.3.1** (descumprimento das normas referentes aos limites de gastos de telefonia), **2.4.1** (ineficiência na implantação dos projetos de sinalização) e **3.6.4** (pagamento de jeton sem que o Conselheiro tenha participado da reunião) do Relatório de Auditoria nº 11/2011 – DIRAG/CONT, deliberando quanto à aplicação de multa; e

f) determinar à jurisdicionada que adote providências visando obter o ressarcimento dos valores excedentes aos limites legais conforme apurado no subitem 2.3.1 do Relatório de Auditoria nº 11/2011 – DIRAG/CONT.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/S1

Fls.: ____

Proc.: 37.090/09

Rubrica

16. Primeiramente, como já havia manifestado no Voto proferido na S.O de 11.6.2015, os subitens **1.2** (informações divergentes quanto às receitas arrecadas) e **2.1.1** (não comprovação da inviabilidade de competição e de que os preços estavam compatíveis com o mercado) ensejam apenas ressalvas às contas. O primeiro por se tratar de divergência nos controles administrativos. O segundo por versar sobre a contratação de curso de pós-graduação, no valor total de R\$ 21.600,00 (baixa materialidade), para o qual não se evidenciou prejuízo ao erário ou a não realização do objeto contratado.

17. De forma semelhante, a falha constante do subitem **2.3.1** (descumprimento das normas referentes aos limites de gastos de telefonia), também é de baixa de materialidade (**R\$ 6.251,36**) e insuficiente para macular as contas, ensejando, em momento oportuno, apenas aposição de ressalva. Pertinente, no entanto, a sugestão dos Pareceres de determinar a Secretaria que adote, imediatamente, medidas visando o ressarcimento da quantia devida.

18. Quanto ao subitem **3.6.4** (pagamento de jeton sem que o conselheiro tenha participado da reunião, no valor de **R\$ 1.397,25**), a Instrução consignou às fls. 731/732 que *“as medidas necessárias no sentido de reaver o valor pago indevidamente **foram colocadas em prática**¹ pelos administradores, inclusive [...] para prevenir novas ocorrências da espécie, para o pagamento de jeton passou-se a exigir a ata das reuniões acompanhada da lista de frequência”*. Portanto, a impropriedade não tem o condão de macular estas contas.

19. Relativo ao subitem **2.1.2** (contratação de recuperação e reforma da rodoviária do plano piloto como sendo serviços de manutenção), conclui-se, com base nas informações carreadas aos autos, tratar-se de falha formal, pois não restou evidenciado prejuízo ao erário ou inexecução dos serviços contratados. Portanto, a impropriedade enseja apenas ressalva.

20. No tocante ao subitem **2.4.1** (ineficiência na implantação dos projetos de sinalização), o cerne da questão versa sobre a possível aquisição de estruturas, para a confecção e instalação de sinalização, em quantidade superior à necessária, objeto de apuração do Processo nº **13.103/13**, o qual **permanece em tramitação, sem decisão de mérito** até o momento. Assim, precipitada a proposta da Unidade Instrutiva de atribuir, nesta fase, a possível irregularidade as contas dos responsáveis.

21. Ademais, no âmbito do referido Processo nº **13.103/13**, apura-

¹ Consta à fl. 731 que o débito foi encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda para a inscrição em dívida ativa no CPF do beneficiário do pagamento (Processo nº 090.000.885/10).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/S1



se também a impropriedade objeto do subitem **2.4.2** (preço de aquisição superior ao de mercado) do Relatório de Auditoria nº 11/2011 – DIRAG/CONT, no montante estimado de R\$ 1.320.000,00.

22. Considerando que as falhas apontadas pelos Órgãos Instrutivos como ensejadoras de irregularidade não maculam as contas, mostra-se prudente manter o sobrestamento dos autos até o deslinde das questões tratadas nos Processos nºs **13.103/13**² e **31.823/07**³.

23. Quanto ao Processo nº 35.740/10, que até então sobresteja o exame deste, verifica-se que está arquivado desde 17.12.2015 e como consignou o Corpo Instrutivo à fl. 738 “os fatos nele apurados não influenciam na apreciação destas contas”.

Tribunal:

Com estes esclarecimentos, VOTO no sentido de que o

I. tome conhecimento do Ofício nº 1215/2015 – GAB/SEMOB e respectivos anexos (fls. 625/712);

II. tenha por cumprido o inciso III da Decisão nº 2.366/15;

III. mantenha o sobrestamento do julgamento destas contas até o deslinde dos Processos nºs 31.823/07 e 13.103/13;

IV. determine à Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal que, em razão das falhas apontadas no subitem 2.3.1 do Relatório de Auditoria nº 11/2011 – DIRAG/CONT, adote providências imediatas visando obter o ressarcimento dos valores excedentes aos limites legais estabelecidos nos Decretos nºs 25.947/05, 25.962/05 e 29.020/08, com gastos em telefonia móvel, durante o exercício de 2008, no montante de R\$ 6.251,36, a ser devidamente atualizado até a data do recolhimento, informando ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta)

² O Processo nº 13.103/13 cuida de Tomada de Contas Especial instaurada para apurar potencial prejuízo aos cofres públicos com a aquisição de materiais em valores superiores ao de mercado, bem como em razão da aquisição de bens em quantidade desnecessária.

³ O Processo nº 31.823/07 cuidou inicialmente do exame do edital de Concorrência nº 01/2007, da Secretaria de Estado de Transportes, destinado à operação do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, por meio da delegação por frota de 450 (quatrocentos e cinquenta) veículos, divididos em 9 (nove) lotes de 50 (cinquenta) micro-ônibus, no valor estimado de R\$ 5.077.611,94. Atualmente, os autos cuidam dos desdobramentos da celebração e execução dos contratos de adesão de outorga onerosa, concernentes aos exercícios de 2008 e 2009.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/S1



dias, as providências adotadas;

V. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para adoção das medidas pertinentes.

Sala das Sessões, 21 de julho de 2016.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator

Distribuição de cópias antecipadas (RI/TCDF, art. 54, II).

DIGITALIZADO